

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os anteriores Governos atribuíram, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a maior prioridade à redução do número de consultas médicas realizadas fora dos Tempos Máximos de Resposta Garantida (TMRG).

Assim, na anterior Legislatura, a percentagem de consultas hospitalares que ultrapassavam os TMRG registou uma evolução positiva, como o comprova o facto de a mesma ter decrescido de 31%, em 2010, para 26%, em 2015.

Contudo, o atual Governo voltou a subir a percentagem de consultas realizadas fora do TMRG para 28%, como logo sucedeu em 2016, um aumento de 2 pontos percentuais, que compromete os resultados positivos que estavam a ser alcançados pelos anteriores executivos.

A agravar o que se acaba de referir, acresce mesmo que os tempos de espera para consultas hospitalares continuaram a aumentar no último ano, obrigando milhares de doentes a esperar largos meses, por vezes mesmo anos, pelo acesso às consultas de que carecem, assim vendo comprometido o seu direito à proteção da saúde.

Tal é o que sucede no Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE, designadamente nas suas unidades de Aveiro e de Águeda, onde os tempos médios de resposta para primeiras consultas de especialidade ultrapassam significativamente os TMRG, como os exemplos seguintes, apenas os mais graves, sobejamente evidenciam:

- **500 dias** de espera para uma consulta da especialidade de **Dermato-Venereologia**, no Hospital Infante D. Pedro (Aveiro);
- **473 dias** de espera para uma consulta da especialidade de **Reumatologia**, no Hospital Infante D. Pedro (Aveiro);
- **389 dias** de espera para uma consulta da especialidade de **Estomatologia**, no Hospital Infante D. Pedro (Aveiro);
- **336 dias** de espera para uma consulta da especialidade de **Oftalmologia**, no Hospital Conde Sucena (Águeda);

- **331 dias** de espera para uma consulta da especialidade de **Oftalmologia**, no Hospital Infante D. Pedro (Aveiro);
- **302 dias** de espera para uma consulta da especialidade de **Pneumologia**, no Hospital Infante D. Pedro (Aveiro);
- **244 dias** de espera para uma consulta da especialidade de **Endocrinologia**, no Hospital Conde Sucena (Águeda);
- **221 dias** de espera para uma consulta da especialidade de **Nefrologia**, no Hospital Infante D. Pedro (Aveiro);
- **220 dias** de espera para uma consulta da especialidade de **Neurologia**, no Hospital Infante D. Pedro (Aveiro);
- **213 dias** de espera para uma consulta da especialidade de **Psiquiatria da Infância e da Adolescência**, no Hospital Infante D. Pedro (Aveiro);
- **195 dias** de espera para uma consulta da especialidade de **Endocrinologia**, no Hospital Infante D. Pedro (Aveiro);
- **182 dias** de espera para uma consulta da especialidade de **Urologia**, no Hospital Infante D. Pedro (Aveiro).

(Dados de setembro, outubro e novembro de 2017; <http://tempos.min-saude.pt/#/instituicoes-especialidade-cth>)

Esta é uma situação absolutamente inaceitável e que responsabiliza particularmente o Governo, bem como os partidos políticos que o apoiam, tanto mais que, há já dois anos, o Ministro da Saúde se comprometeu publicamente, perante a Assembleia da República, em reduzir substancialmente os TMRG nas consultas hospitalares realizadas no âmbito do SNS.

Com efeito, a 6 de Abril de 2016, o referido membro do atual executivo socialista afirmou na Comissão de Saúde, em resposta a uma pergunta que lhe fora dirigida por um Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, que *“O ponto de partida no final do ano passado [2015] foi que apenas 74% das respostas eram garantidas dentro do Tempo Máximo de Resposta Garantida. Este é o ponto de partida, cabe-nos a nós, no final do ano [2016], apresentar um ponto de chegada diferente e esperemos que substancialmente melhor. Mas também lhe digo, Sr. Dep.º [referindo-se a Cristóvão Simão Ribeiro], tudo o que for menos de 80% será pouco ambicioso.”*

O Grupo Parlamentar do PSD exige, pois, que o Governo adote sem mais demora as medidas que se impõem para inverter esta crescente degradação das condições de acesso dos doentes aos cuidados de saúde no SNS, importando ainda que o executivo informe a Assembleia da República imediatamente sobre a forma de como pretende reverter a situação que deixou agravar.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm, por este meio, dirigir ao Governo, através do Ministro da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Que medidas concretas vai o Governo tomar para reduzir o número de consultas hospitalares realizadas fora dos Tempos Máximos de Resposta Garantida no Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE?
2. Em que data ou datas pretende o Governo tomar essas medidas?
3. Quais são os objetivos quantificados pelo Governo para reduzir o número de consultas hospitalares realizadas fora dos TMRG no Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE, e com que prazos?

(1) Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas, pág. 179.

Palácio de São Bento, 1 de fevereiro de 2018

Deputado(a)s

AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

LUÍS MONTENEGRO(PSD)

REGINA BASTOS(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

LUÍS VALES(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)